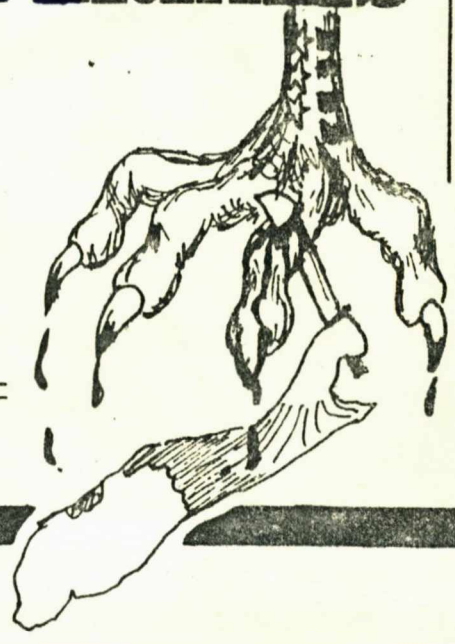
TL 6661

ATRIVM GRUPO CULTURAL

SESSÃO SOBRE TIMOR-LESTE

1 de Junho (sexta-feira)
21 horas
Local: CIDAC
R. Pinheiro Chagas, 77-3º

A INDONÉSIA E A AGRESSÃO IMPERIALISTA NO TIMOR-LESTE



Com a participação da Fretilin
e da Comissão para os Direitos do Povo Maubere

Timor-Leste

Um Vietname silencioso

Em Macassar, na ilha Celébes, vivia um crocodilo. Isto passou-se muito antes dos tempos já lá vão. Velho, sem velocidade para os peixes da ribeira, não teve outro recurso senão pôr pé no seco e aventurar-se terras adentro, a ver se topava cão ou porco que lhe matasse a fome.

Andou, andou e nada topou.

Resolveu regressar, mas o caminho era longo e o sol ardia. Abrasado, sentiu o crocodilo que as forças lhe iam faltando e que, mais passo, menos passo, ficaria para ali como uma pedra.

Mas o acaso fez que lhe passasse mesmo à mão e a tempo um rapaz. Este, condoído, ajudou-o a arrastar-se até à ribeira. O crocodilo ficou-lhe gratíssimo, oferecendo-se para, a partir daquele dia, o levar às costas pelas águas dos rios e do mar.

Certa vez, apertado pela fome, sem cão ou porco que a mitigasse, decidiu-se a comer o rapaz. Antes, porém, para alívio da consciência, consultou os outros animais sobre se devia ou não comê-lo. Desde a baleia ao macaco todos ralharam muito com ele, e acusaram-no de ingratidão.

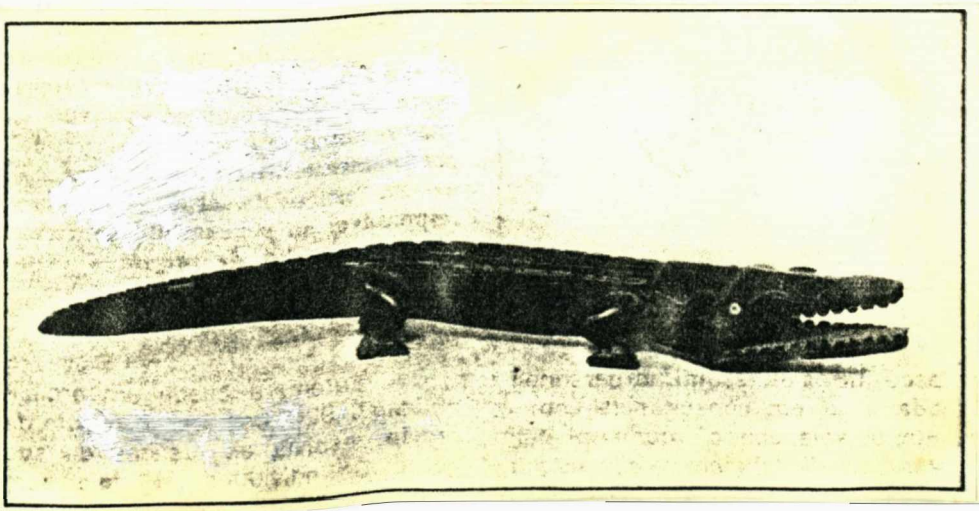
Inclinando-se perante a opinião geral e no receio de que a sua presença fosse, de futuro, mal tolerada, o crocodilo dispôs-se a partir mar em fora e a levar consigo o dedicado rapaz por quem, vencida a tentação, sentia amizade quase paternal.

Foi nesta disposição que convidou o rapaz a pular-lhe para as costas.

Nadou, então, onda após onda, em demanda das terras onde nasce o sol, convencido de que lá havia de encontrar um disco de oiro semelhante ao sol que o norteava.

Porém, quando já cansado de nadar pensou em dar meia volta e regressar às terras de origem, a Macassar, sentiu que o corpo se lhe imobilizava e se transformava rapidamente em pedra e terra, crescendo, crescendo, até atingir as dimensões de uma ilha.

Caminhou então o rapaz sobre o dorso da ilha, rodeou-a com o olhar e chamou-a de Timor que, em língua malaia, quer dizer Oriente. No mesmo instante, reparou que já não era rapaz, mas sim um homem e o primeiro a pisar a terra de Timor. No peito, pendia-lhe um disco de oiro, o mesmo que o crocodilo sonhara.



HISTÓRIA

Os portugueses abordaram as pequenas ilhas de Sonda por volta do ano de 1520 e os primeiros a estabelecerem-se com permanência na ilha de Timor foram os missionários dominicanos. Um século depois os holandeses expulsaram os portugueses da maior parte destas ilhas e em 1651 conquistaram a cidadela de Kupang na parte oeste de Timor, começando então a ocupar a metade ocidental da ilha, mantendo os portugueses o seu domínio sobre a parte oriental.

Quem percorre a história de Timor-Leste cedo contactará com a guerra. A conspiração da Casa de Camenasse, a sublevação geral de 1729/31, a guerra de Luca, as revoltas de Lacló e Ulmera, de Contubaba e Cová, as guerras de Manufahi. Manifestações extremas do dinamismo de uma formação social em choque permanente com o bloqueio a que era submetida pelo colonialismo.

Os governos portugueses sempre mostraram muito pouco interesse por esta colónia tão longínqua, não fazendo qualquer esforço para desenvolver as suas potencialidades.

Do ponto de vista administrativo mantiveram-se os chefes tradicionais (liurai), embora com poderes limitados.

A Igreja católica através das missões, tornou-se a presença europeia com mais significado, abrindo escolas, seminários e influenciando a vida cultural do povo timor.

Em 1951 Timor é declarada "província do Ultramar" e em 1953 a nacionalidade portuguesa é reconhecida a todos os habitantes originários de Timor-Leste. Em 1972 a "província" torna-se "região autónoma" com uma Assembleia Legislativa eleita mas, dado o carácter ditatorial do regime português, este direito é essencialmente teórico.

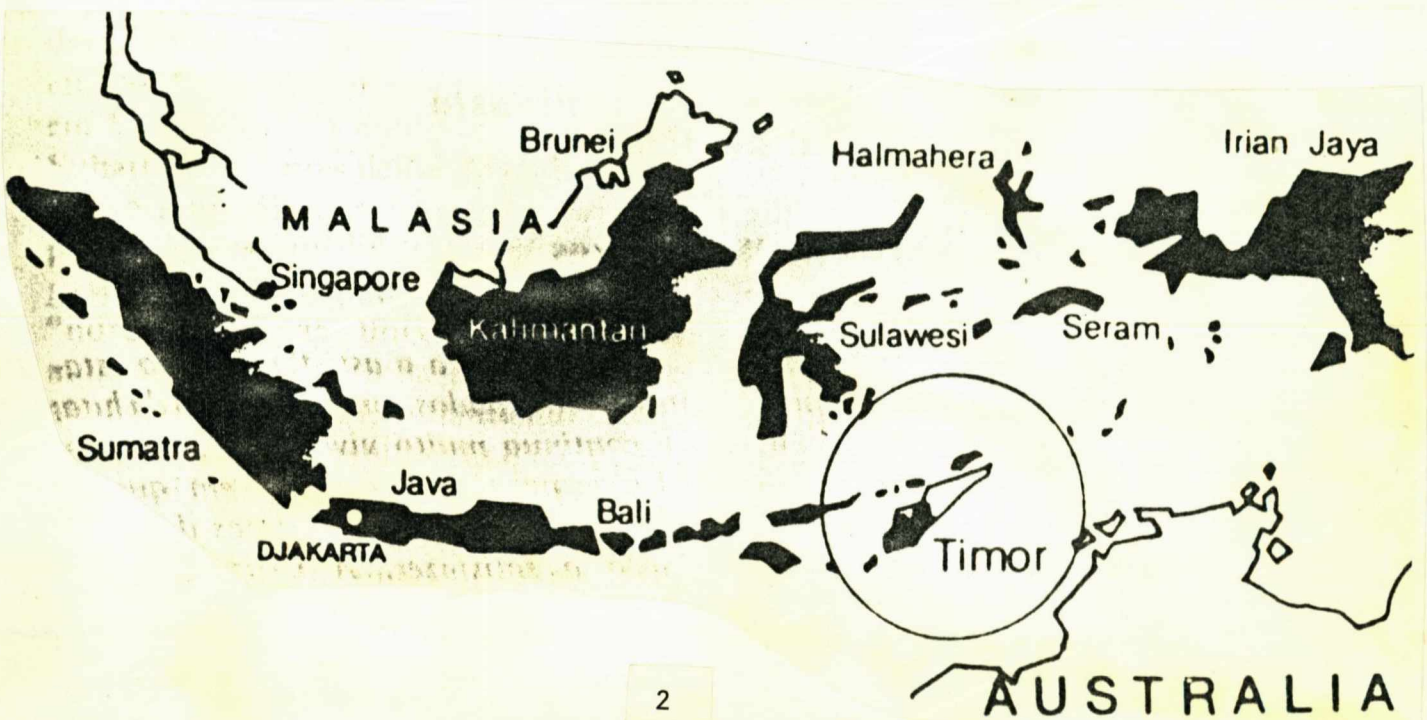
A partir de 1961 Portugal tem problemas em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, onde surgem movimentos a favor da independência, mas não se preocupa com Timor-Leste, que ninguém reivindica. Nesse mesmo ano o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio declara na Assembleia Geral das Nações Unidas: "No que diz respeito a Timor não temos reivindicações territoriais"

Pouco antes de 1970 um grupo de jovens timores, a quem foram abertas as colunas do jornal da Diocese SEARA, publicado em Dili, fazem-se notar e em 24 de Março de 1973 a PIDE (polícia política) fecha este centro de debate.

Os poucos timores que estudam em Portugal (39) estão atentos aos movimentos de libertação que lutam nas outras colónias portuguesas a favor da independência. Estes jovens preparam-se para um dia assumir a direcção do seu país mas vão rapidamente encontrar-se envolvidos numa verdadeira tragédia.

LÍNGUA

"O indivíduo só raramente traz estampada no rosto a sua origem física... O que a determina unicamente é a língua. Só por meio dela o homem se torna membro de um Povo, unicamente ela lhe dá a nacionalidade... Pela língua o indivíduo toma o modo de ver do Povo que a formou e a desenvolveu e lhe confiou e organicamente inseriu os mais secretos movimentos do seu espírito, as mais delicadas particularidades do seu mundo de representações. Pela Língua se fica filho adoptivo e herdeiro de todos os pensadores e poetas, de todos os educadores e guias do Povo, pela Língua se cai sob o efeito da sugestão universal que a literatura e a história de um Povo exercem sobre todos os seus membros, tornando-os semelhantes todos pela maneira de sentir e de exercer a sua actividade."



TIMOR-LESTE

HISTÓRIA

CULTURA

LÍNGUA

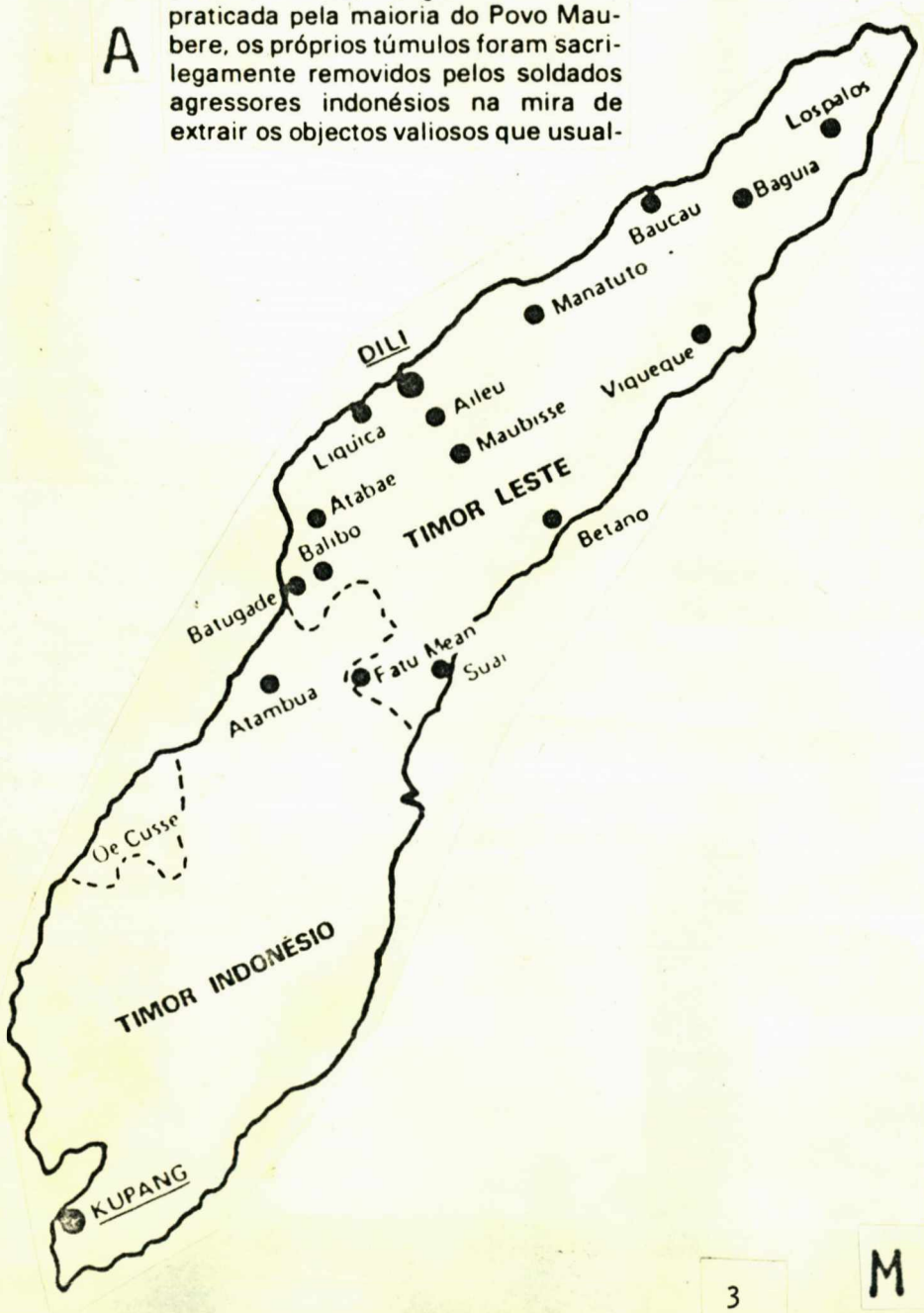
MAUBERES

CULTURA

CULTURA

O Islão assumido e praticado na sua forma mais retrógrada pela maioria das forças ocupantes indonésias transforma-se num outro factor de repressão e discriminação sobre o Povo Maubere cuja maioria é animista e cristã. A construção de mesquitas em Timor-Leste confunde-se por conseguinte com a presença agressora indonésia e violência cultural sobre o Povo Maubere.

Numa descarada violação ao culto animista, religião tradicional praticada pela maioria do Povo Maubere, os próprios túmulos foram sacrilegamente removidos pelos soldados agressores indonésios na mira de extrair os objectos valiosos que usualmente são enterrados juntamente com os mortos além de bens de uso pessoal em tempo de vida como dentes de oiro e prata também retirados dos cadáveres sepultados.



O Povo de Timor-Leste, o Povo Maubere é uma entidade distinta e autónoma. Tem uma identidade própria que o processo de dominação colonial e resistência anti-colonial desenvolveu ainda mais e fortaleceu.

O total desconhecimento pelo Povo de Timor-Leste da língua malaia — língua franca — utilizada no período pré-colonial e colonial em grande parte do arquipélago indonésio sob o domínio da Holanda conhecido por Índias Orientais Holandesas, hoje República da Indonésia; e, por outro lado, o uso da língua dominante em Timor-Leste — o TÉTUM — no período pré-colonial e colonial como a língua veicular são outros factores que contribuem fortemente para a clara demarcação entre o Povo de Timor-Leste e o Povo Indonésio. O Povo Indonésio fala hoje o Bahasa Indonésia ou uma forma moderna da língua malaia enquanto que o Povo de Timor-Leste fala o TÉTUM, sua língua nacional, e o português em menor escala.

A repressão da cultura maubere é seguida da imposição de uma outra cultura estranha ao Povo de Timor-Leste. Na sua feroz tentativa de dominar o Povo Maubere e aniquilar a nacionalidade maubere, o colonial-expansionismo indonésio não tem escrúpulos em reprimir ferozmente todas as manifestações culturais do Povo Maubere. O Tétum é hoje banido das escolas

MAUBERES

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA E A SITUAÇÃO EM TIMOR-LESTE

O 25 de Abril de 1974, pondo fim ao regime fascista em Portugal e à guerra colonial, abre as portas à descolonização, mas Timor está longe e os problemas parecem menos urgentes nesta terra onde não houve luta de libertação.

Formam-se três partidos em 1974:

— a União Democrática Timorense (UDT) cujos dirigentes são funcionários ou proprietários, pessoas "estabelecidas" favoráveis à manutenção de laços com Portugal sob a forma de federação;

— a Associação Social Democrática Timor (ASDT) que se chamará 4 meses mais tarde FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), a qual reclama a independência, a participação imediata dos timores na administração e o fim da discriminação racial;

— a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), que pretende a associação de Timor-Leste com a Indonésia, como província autónoma.

A UDT que possui pessoas influentes tem um desenvolvimento rápido nos aglomerados mais importantes mas não atinge o povo das zonas rurais.

A FRETILIN lança nas zonas rurais campanhas de alfabetização e ensino de técnicas agrícolas de base, propõe a reforma agrária e a formação de cooperativas agrícolas e ganha uma adesão que lhe permite ultrapassar rapidamente a influência da UDT. Em Fevereiro de 1975 o observador australiano R. Osburne considera que 60% da população é favorável à FRETILIN e que esta influência continua a aumentar.

Estas duas mais importantes forças políticas da altura — FRETILIN e UDT — chegaram a estabelecer entre si uma coligação em Janeiro de 1975 na base de um projecto de autonomia para Timor-Leste, ficando apenas de fora a APODETI, que se limitava a uma representatividade muito reduzida. Todavia no seguimento de uma viagem dos seus dirigentes a Jakarta, a UDT rompe em Maio unilateralmente com a coligação, gerando uma grave situação de divisão entre o povo.

Em 11 de Agosto de 1975 a UDT ocupa militarmente os centros vitais de Dili e de outras localidades e exige ao Governo Português a prisão dos dirigentes da FRETILIN. Os militares timores abandonam os seus quartéis para se juntarem seja à UDT seja à FRETILIN, mas sobretudo a esta última.

O governador português retira-se para a ilha de Ataúro com alguns militares e civis portugueses, enquanto a UDT e a FRETILIN se envolvem numa rápida guerra civil que segundo o cônsul australiano J. Dunn acaba em princípios de Setembro pela vitória da FRETILIN que passa a controlar todo o território. Vencedora, após 3 semanas de confrontação, a FRETILIN aceita o plano português.

O cônsul australiano J. Dunn testemunha da popularidade dos dirigentes da FRETILIN e da seriedade com que cumprem a sua tarefa de governação.

Militares da UDT refugiados em Timor Indonésio fazem aliança com a APODETI e apoiados pelas forças armadas da Indonésia provocam incidentes na fronteira em Outubro.

Os Ministros português e indonésio dos Negócios Estrangeiros encontram-se em Roma entre 1 e 3 de Novembro e reconhecem num comunicado que "a responsabilidade da descolonização de Timor-Leste pertence a Portugal que, enquanto autoridade legítima desse território, se compromete a desenvolver todos os esforços para a realização rápida da autodeterminação e em boa ordem do povo de Timor Português".

Alguns dias depois, todavia, a marinha indonésia bombardeia a vila de Atabae (14 de Novembro) e movimenta as suas tropas a partir da fronteira ocidental, sem que Portugal queira ou possa reagir.

Por esta razão, e porque Portugal não quer negociar a independência na ausência dos partidos refugiados na Indonésia, a FRETILIN declara unilateralmente a independência (28 de Novembro), enquanto os dirigentes da UDT e da APODETI declaram a integração na Indonésia.

O governo português recusa uma e outra declaração e reafirma-se como potência administrante.

O governo indonésio afirma o seu "respeito pelos direitos e obrigações de Portugal, única autoridade no território" mas ao mesmo tempo declara a sua "profunda compreensão pela declaração de integração feita pelos partidos minoritários".

A INVASÃO INDONÉSIA

Depois de longo tempo de provocação, a Indonésia decidiu invadir a jovem República a 7 de Dezembro de 1975

Em 6 de Dezembro de 1975 o Presidente Ford e o Secretário de Estado H. Kissinger dos EUA fazem uma visita a Jakarta. Eles dão o seu acordo à invasão de Timor pela Indonésia e 12 horas após a sua partida as forças indonésias invadem Timor-Leste com meios desproporcionados.

Os horrores praticados pelas tropas indonésias ao ocupar pela força a capital são um sinal inequívoco e inquietante do genocídio que se lhe seguirá.

Após a invasão maciça de 7 de Dezembro de 1975 Portugal rompe as relações diplomáticas com a Indonésia e lança um apelo ao Conselho de Segurança da ONU. A Assembleia Geral que se encontra reunida adopta por 69 votos contra 11 e 38 abstenções uma moção que convida a Indonésia a deixar de "violar" a integridade territorial do Timor português e a retirar as suas forças sem demora (11 de Dezembro). Alguns dias depois (22 de Dezembro) o Conselho de Segurança por unanimidade pede que a Indonésia retire as suas tropas. A Indonésia não teve nunca qualquer consideração por estas moções nem por todas as que se seguiram no mesmo sentido, aprovadas na Assembleia Geral da ONU (Abril e Novembro de 1976, Dezembro de 1977 e 1978, Novembro de 1979, Outubro de 1980 e 1981).

7 DE DEZEMBRO

TESTEMUNHOS

Num relatório publicado por J. Dunn, cônsul australiano em Timor-Leste na década de 60 e Presidente do Conselho dos Direitos do Homem da Austrália, baseado nos testemunhos de refugiados timores entrevistados em Lisboa em Janeiro de 77, afirma-se:

"Às 7 da manhã, disse ela, tinha visto como os paraquedistas indonésios abateram a tiro uma mulher na garagem da paróquia, ao lado da igreja, e duas em frente da igreja, apesar de elas levantarem as mãos ao ar. Mencionou os nomes de duas delas. A seguir as tropas indonésias ordenaram a todos que se encontravam perto da igreja que entrassem.

Às 9 da manhã do dia seguinte estas pessoas e outras receberam ordem dos soldados indonésios para irem ao cais, onde estavam presas cerca de 27 mulheres, algumas timores, outras chinesas. Ela disse que um certo número de mulheres tinham crianças com elas e que todas choravam. Os indonésios arrancavam as crianças às mães e davam-nas à multidão. A seguir foram abatidas a tiro, uma a uma. Os indonésios deram ordem aos presentes para fazerem a contagem. Às duas da tarde 59 homens, chineses e timores, foram levados para o cais. Um deles era X cuja viúva, segundo contava a minha informadora, se encontra agora na Austrália. Estes homens eram abatidos um a um. De novo os presentes tiveram de fazer a contagem. Foram cerca de 500, calculava ela. As vítimas deviam pôr-se na ponta do cais, de modo a que os corpos caíssem na água ao serem abatidos. Os soldados indonesios abriam fogo sobre os corpos na água, quando estes ainda davam sinais de vida. Muitos dos homens — tal como o tinham feito as mulheres antes de serem executadas — suplicavam aos indonésios, alguns de joelhos, mas ninguém do grupo foi poupado. Um outro informador contou-me que no dia seguinte os corpos deram à costa, em frente da casa do bispo, tendo os timores recebido ordens para os retirar dai. Estes informadores disseram-me terem ouvido dizer que as execuções tinham continuado"

No mesmo sentido um padre católico escreve, em Novembro de 1977, numa carta saída do território clandestinamente:

"De 7 de Dezembro de 1975 até Fevereiro de 1976 estiveram ancorados no porto de Dili, 23 barcos que bombardearam as colinas que rodeiam Dili durante as 24 horas do dia. Os helicópteros (entre 8 e 12) e os aviões (4) voavam por todo o território de Timor. Em terra está um sem número de tanques e carros blindados. As tropas indonésias em Timor devem rondar os 50000 soldados (não tenho a certeza)"

Apesar destes meios a Indonésia pretendeu que o ataque não tinha sido feito pelas suas tropas mas por voluntários favoráveis à integração e que não podia impedi-los de actuar.

Enquanto dezenas de aviões de transporte "Hércules" aliviavam a sua carga humana, a marinha fazia chegar à costa dezenas de tanques de guerra, incluindo anfíbios, bem como dezenas de milhares de militares de todas as armas. Foi então que armas automáticas fizeram ouvir a sua canção de morte ou de libertação enquanto que a população iniciava a sua retirada para as montanhas, levando consigo apenas aquilo que a pressa permitia reunir. Começou pois a resistência nacional.

Em Dili, o ambiente era de pavor e a cidade estava juncada de cadáveres; cadáveres de paraquedistas e cadáveres da população civil abatida pelos indonésios. Colunas de fumo subiam no ar pois o invasor não se contentava em matar. Queimava tudo o que o fogo podia devorar, sempre que encontrassem um companheiro morto. Como se tudo isso não bastasse, o invasor roubava, saqueva, pilhava, enfim destruia. Mulheres eram fuziladas se não se deixassem violar; mulheres eram capturadas e transportadas para bordo dos navios ancorados ao largo e para os restaurantes Iaqui e Mimosa afim de saciar o apetite sexual do vil invasor; homens e mulheres eram arrastados para a ponte-cais e fuzilados. Entre as vítimas contam-se Isabel Lobato, mulher do Presidente Nicolau Lobato, Francisco Borja da Costa, Bernardino e Rosa Bonaparte, Presidente da Organização das Mulheres, o jornalista australiano Roger East, etc. O cônsul de Taiwan foi preso e, sob escolta, levado para Jakarta. Um familiar seu foi atingido no braço e o consulado saqueado, sendo abatida uma empregada chineza.

As prisões em série começaram a aparecer, três dias após a invazão e fechados no armazém de leilões do porto de Dili. São: Octávio Jordão de Araújo, Inácio de Moura, Jorge Carapinha (já falecido), Fernando Guimarães (também já falecido), um carpinteiro chinês, Francisco Baisete (actualmente preso em Dili), eu próprio e Venâncio Gomes da Silva (arremessado de um helicóptero no dia 14 de Junho de 1980). O número de prisioneiros começou a aumentar, sem contudo abrandar o ritmo de fuzilamentos pois esta prática estava a ser recomendada pelo fantoche Arnaldo de Araújo, na sede de vingar a morte do seu filho Casimiro. Consequentemente, os mesmos tinham de ser transferidos para um armazem do snack-bar Tropical porque o pequeno armazém de leilões não comportava mais pessoas. A transferência processou-se durante a noite, maiores brutalidades. Os mesmos eram electrocutados, queimados com cigarro, espancados, ficavam de molho em tanque de água durante toda a noite, extraiam as unhas por esmagamento, utilizavam o sistema de encadeamento, vibração sonora, etc. As mulheres eram ainda apalpadas, ficavam com os seios e a zona púbica queimados, além de estarem sujeitas à prática do acto sexual. Cita-se o caso de uma rapariga, cujo nome não se menciona por razões de segurança, que foi espancada até desmaiar porque se recusou à prática do acto sexual com 2 guardas. Quando voltou a si estava só na cela e completamente nua. Outra rapariga menos avisada pensou que poderia ser solta se os satisfizesse. Cedeu e 6 militares serviram-se dela um após outro sob o disparo da máquina fotográfica. Recompensa: um ano de prisão. Por vezes, as mulheres eram interrogadas em trajos menores ou completamente nuas.

Justino da Costa Mota
3 anos e meio de cadeia,
9 meses de isolamento

GENOCÍDIO FÍSICO

GENOCÍDIO FÍSICO

Dili, 15.9.81

Ouvido de uma testemunha ocular:"na manhã do dia 2 deste mês de Setembro de 1981, populares forçados a acompanhar o exército indonésio encontravam-se na zona de Lacluta. Renderam-se vários populares do "Mato"; sofriam de falta de roupa;abrigavam -se nas grutas. O grupo que se rendeu foi dividido: umas 5 mulheres postas à parte, foram posteriormente retiradas em helicópteros; os restantes, rapazes e homens, ao todo 20 timorenses, foram alinhados e, a seguir. ali mesmo massacrados à rajada pelos marinheiros da força armada indonésia. Sobre os cadáveres atiraram folhas e capim. Seguidamente lançaram o fogo, para o holocausto. O povo (que é forçado a acompanhar os exércitos indonésios)assistia a uns 100 metros de distância, impossibilitado de qualquer gesto desaprovador, a mais uma operação de massacre (de modo nenhum dos maiores, e que já são rotina nestes 6 anos) realizado pelo exército regular indonésio (os marinheiros)."

"A partir de Dezembro último (1976) a guerra intensificou-se. Os aviões não param durante todo o dia. Há centenas de seres humanos que morrem diariamente. Os corpos são alimento para os abutres
Se não são as balas que nos matam, morremos de doenças epidémicas que destroem povoações inteiras
A guerra está a entrar no terceiro ano e parece não ir acabar tão cedo. As barbaridades (compreensíveis na idade da pedra), as crueldades, o roubo, os pelotões de fuzilamento sem qualquer justificação fazem agora parte da vida quotidiana em Timor A insegurança é total e o terror de ser preso é o nosso alimento diário" (carta de um padre católico, Novembro de 1977)

A guerra e o genocídio pela fome

Durante três anos (1976-1979) o mundo ignorou praticamente o que se passava em Timor-Leste. Ninguém, nem mesmo a Cruz Vermelha Internacional, tinha autorização dos indonésios para entrar no território. O próprio representante de Kurt Waldheim, encarregado do inquérito decidido pelo Conselho de Segurança da ONU, não foi autorizado pelos indonésios a visitar as zonas controladas pela FRETILIN.

Sabe-se que a Indonésia encontrou uma resistência que não esperava e o gigante com os seus 140 milhões de habitantes e um poderoso exército não conseguiu submeter os 700 mil timores que só dispunham das poucas e velhas armas dos portugueses.

Após a invasão inicial acompanhada dos crimes bárbaros e das execuções em massa, a maioria do povo timor refugiou-se nas montanhas sob a protecção da FRETILIN. Um missionário português (P. Leoneto do Rego) que passou quase três anos com a FRETILIN antes de pedir aos indonésios o seu repatriamento por razões de saúde diz que nos dois primeiros anos a situação era sustentável porque apesar dos 30000 soldados indonésios e das sucessivas ofensivas (fim de 1975, Novembro de 1976, Maio de 1977), o povo resistia com sucesso.

No início de 1977 o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik, declara cinicamente: "Já matámos 60 a 80000 timores mas libertámos 600000".

Em 1977 os indonésios começam a destruir sistematicamente todas as culturas nas regiões montanhosas para obrigar o povo a descer para as zonas ocupadas.

A fome torna-se o principal inimigo dos timores

A partir de 1978 a situação piora dramaticamente. O povo que descia das montanhas exausto era reagrupado em campos controlados pelos indonésios mas não via a sua sorte melhorar

Para Elisabeth Traube, uma antropóloga de Harvard que viveu mais de dois anos em Timor-Leste, os "campos controlados (...) representam claramente uma ruptura com a longa duração e os padrões tradicionais de estabelecimento, os quais se adaptavam aos meios de subsistência tradicionais". Estas condições, declara, "nada têm que ver com o resultado natural do meio ambiente, economia ou demografia do povo de Timor-Leste. A guerra é, nitidamente, o cataclismo".

Num texto publicado em 1981 por A. Cohen e Roberta Quance, dos Estados Unidos, pode ler-se:

"Admitido pelo Departamento de Estado existem já 150 desses 'campos controlados'. A maior parte das fontes aponta para uma população de, pelo menos, 300000 indivíduos aí residentes".

Em Setembro de 1978, um grupo de jornalistas e diplomatas cuidadosamente escolhidos visitaram Timor-Leste a convite do Governo indonésio. Apesar da "visita guiada", o embaixador canadiano declarou aos repórteres que as pessoas que tinham tido a oportunidade de ver na aldeia de Remexio "se encontravam numa situação deplorável. Em muitos casos estão a morrer de fome, desesperadamente doentes, necessitando de auxílio imediato em termos de alimentação, vestuário e assistência médica elementar".

E os diplomatas lançam nessa altura um grito de alarme: mais de 100000 pessoas encontram-se num estado de inanição completa.

Segundo o testemunho dos religiosos locais que participaram no trabalho de assistência às populações, num só distrito (num total de 14) morriam cerca de 500 pessoas por mês devido à fome.

"(...) um relatório da Igreja indonésia apresentado em 1979, referia que um destes centros, perto de Maubisse, estava praticamente sem alimentos e que os seus medicamentos se resumiam a 300 comprimidos de cloroquina e 5 metros de ligaduras. De acordo com a mesma fonte, em Ermera morriam cerca de 300 pessoas por mês devido às difíceis condições de vida no campo" (in declaração de J. Dunn ao Tribunal Permanente dos Povos, sessão sobre Timor-Leste, Lisboa, Junho de 1981).

A violência dos invasores é indiscritível e é muito difícil romper o isolamento e por isso só em 1982 se torna conhecido um documento clandestino escrito em Julho de 1981, intitulado "Relatório desta triste Babilónia-cativeiro" no qual se afirma:

"No dia 23 de Novembro de 1978, na montanha de Uadaboro das cordilheiras de Matebia, situada na parte leste da ilha de Timor-Leste, foram mortos a rajada de metralhadora cerca de 500 pessoas, inclusivamente mulheres grávidas e crianças de todas as idades. O massacre teve lugar depois das tropas indonésias terem conseguido aliciar as pessoas dizendo que 'eles vinham apenas para ajudar o povo de Timor'".

Aqueles que oferecem resistência armada aos indonésios são feitos desaparecer "como, por exemplo, morte por bala, atirados de helicóptero para terra ou para o mar com pedras penduradas nos pés (...)". "Violam as mulheres à frente dos maridos e a seguir o marido e a mulher são abatidos". As torturas são inúmeras, variando desde o ferro em brasa a cadeiras eléctricas, pontas de cigarros, corte com lâminas. "As queimaduras, são feitas em todas as partes do corpo, principalmente nos órgãos sexuais. Se for mulher é também nos seios. Ainda hoje muitos têm cicatrizes das torturas".

Através de uma carta datada de Janeiro de 1981 e enviada clandestinamente do território, uma testemunha, cujo nome se omite por razões de segurança, descreve a situação do seguinte modo:

"A guerra continua feroz, embora sem os bombardeamentos aéreos, por causa da presença da Cruz Vermelha Internacional. A partir de 10.6.80 as prisões estão abarrotadas; Ataúro tornou-se em colónia penal para os presos políticos. Dezenas de pessoas desaparecem misteriosamente: o terror e a insegurança voltaram ao coração do povo, várias povoações de novo destruídas e queimadas e os seus habitantes deportados ou para campos de concentração ou para Ataúro. A fome por um lado e a doença por outro vão dizimando a população. As pessoas concentradas nos postos administrativos não têm liberdade para irem fazer a sua horta nem tratar dos seus animais. Consequência — tudo esperam do dominador: comida, roupa, remédios... O dominador distribui comida, roupas e remédios da Cruz Vermelha Internacional ou da A.C.R.S. como se fosse propriedade dele. Distribui tudo não de graça, mas à custa do extorquir das consciências a aceitarem a Indonésia.

(...) As deslocações internas são fiscalizadas e controladas pelas forças armadas e muita vez o povo simples tem que pagar impostos e mais impostos pelo caminho até chegar ao destino. A vida é caríssima em Timor, devido somente à corrupção, exploração e especulação. As saídas para fora são interditas e só quem é milionário consegue por corrupção, obter a liberdade. A correspondência epistolar é aberta, seja registada ou não registada. A liberdade de expressão, de associação, de reunião de grupos não existe. As torturas nas prisões são inqualificáveis, sobretudo tratando-se de mulheres e raparigas. A expropriação dos seus bens familiares — jóias, produtos comerciais, café, madeiras, sândalo, tornam-se normais: o timorense que tem plantação de café não tem direito de vender o seu café, que é feito propriedade do invasor".

Em 1981 os indonésios lançam a operação "Pacificação" na qual 50000 timores foram obrigados a participar nas patrulhas à frente dos militares indonésios desarmados e servindo de escudos vivos aos soldados.

A recusa da ajuda humanitária

A Indonésia recusou as propostas de ajuda humanitária internacionais. Só em 1979 foram autorizados programas de ajuda do American Catholic Relief Service (ACRS) e da Cruz Vermelha Internacional, por intermédio da Cruz Vermelha Indonésia. O director de programas da ACRS afirmou que o grau de malnutrição das vítimas da fome de Timor era pior que tudo o que tinha visto em 14 anos de experiência. O P. Raper, jesuíta australiano, membro de uma agência católica de socorro afirma que metade do orçamento de assistência tem de ser pago ao exército indonésio para custear despesas de transporte e armazenamento.

Além disso, uma grande parte da ajuda é comercializada pelos militares em seu próprio proveito: "70% dos artigos foram desviados. O produto do desvio é vendido ao povo ou faz-se a permuta com o povo" (documento citado, Julho de 1981).

Em Julho de 1979, os delegados do CICV visitam 13 aldeias com a população total de 75000 habitantes. Declaram que 60000 pessoas estavam num estado alarmante de subalimentação e, entre elas, cerca de 20000 morreriam de fome. E o CICV não foi a nenhum dos locais que os representantes da Igreja tinham descrito como dos piores.

É preciso não esquecer que são os militares indonésios que determinam que ajuda, como e quando, a comunidade internacional poderá fornecer a Timor-Leste. O que significa por exemplo que nenhum auxílio, seja de que tipo for, pode chegar às áreas fora do controle indonésio.

O relatório a que nos vimos referindo, datado de Julho de 1981, afirma ainda: "(...) os membros representantes da Cruz Vermelha Internacional têm sede em Dili e deslocam-se raras vezes para as zonas do interior". E revela: "(...) mesmo que o povo não receba a quantidade estabelecida nunca deverá informar os membros das organizações internacionais porque são ameaçados de morte".

GENOCÍDIO FÍSICO

GENOCÍDIO FÍSICO

GENOCÍDIO CULTURAL

GENOCÍDIO CULTURAL

O P. Leoneto do Rego declarou perante o Tribunal Permanente dos Povos reunido em Junho de 1981, na sessão dedicada a Timor-Leste:

"Entre o povo de Timor-Leste e o povo da Indonésia há divergências sensíveis, culturais, morais e religiosas.

O povo de Timor-Leste identifica-se como um povo distinto do povo indonésio, na língua, nos costumes, na sua tendência religiosa e na sua moral.

O povo de Timor-Leste conservou sempre, apesar da dominação colonial de 4 séculos, uma língua — o tetum — como língua comum e veículo de comunicação entre os povos das diversas regiões de Timor que além do tetum conservam os seus dialectos de origem.

O Governo indonésio, para consolidar a ocupação de Timor-Leste, pretende substituir o tetum pela língua indonésia.

O povo de Timor-Leste além da língua tem a sua cultura e tradições próprias, e quanto a religião, é por tradição animista e foi por isso que de bom grado aceitaram a religião cristã que lhes vinha aperfeiçoar o culto animista, principalmente no que se refere à veneração pelos mortos.

A violação dos túmulos para usurpar certos objectos de valor que por costume acompanham o cadáver à sepultura, tem sido das acções dos ocupantes indonésios a que mais tem chocado a sensibilidade do povo de Timor-Leste".

A Indonésia impõe a sua língua, os seus costumes e tradições, envia compulsivamente os professores timores para reciclagens em Jakarta, fecha escolas, viola sistematicamente os valores culturais do povo de Timor-Leste.

Na citada carta enviada por um sacerdote católico, em Novembro de 1977, pode ler-se: "Um grande número de missões católicas não tem padres. As escolas foram fechadas por um período de 2 anos. A actividade é nula". E acrescenta: "A reforma dos costumes significa o aparecimento de cabarés e bordéis".

A mesma realidade é confirmada também pela carta de Janeiro de 1981:

"Neste últimos dias do fim do ano houve muitas prisões, entre elas todo ou quase todo o professorado de Baucau — Fatumaca" (Escola de Artes e Ofícios dos Salesianos).

"(...) O nivelamento da classe intelectual está no programa do invasor. Praticamente todos os instruídos já foram eliminados ou estão em vias de o serem. O nível das escolas depois de 5 anos de ocupação, não ultrapassa o SMP (o ciclo preparatório português)! Não é autorizada a abertura do SMA (Liceu) por razões que não desconhecemos, mas toda a gente sabe que é para não criar elites em Timor. Os que querem continuar os estudos, podem fazê-lo fora da sua terra contando que tenham com que pagar as despesas".

Mais recentemente, o relatório saído clandestinamente de Timor-Leste e datado de Julho de 1981, revela:

"No posto de Uatolari, no concelho de Viqueque, foram exterminados os rapazes que tinham uma habilitação mínima de segunda classe de instrução primária. (...) Por vezes os fuzilamentos têm lugar à frente dos familiares que são proibidos de chorar ou andar de luto".

O genocídio é total. Desaparece o povo, a sua cultura, a sua vida. A Humanidade fica mais pobre.

Bruno Pistocchi, antigo missionário em Timor-Leste, sente profundamente esta realidade e exprime-a a partir da sua própria vivência:

"Li que em Kelicai, um dos centros Makassae a que me sinto ligado, onde escrevi a gramática e onde descobri as mais belas poesias Makassae, houve 50 mortos em 15 dias. Será rápida a destruição de um povo de 78000 habitantes bem assim como da sua cultura e de uma civilização. É um pedaço da humanidade que desaparece definitivamente. Conhecemos tudo acerca de Atenas, a sua história foi-nos transmitida, o Parthénon conta-no-la, mas de Kelicai, de Baguia, de Baucau, Uatolari, Ossu, não poderemos saber mais nada. Da filosofia, da fé, da alma de todo um povo, não ficará nenhum vestígio; elas eram confiadas à dança, à poesia, ao canto oral, ao "rata lolo" (história contada dos velhos) testemunhos de toda a riqueza de um povo. O timor nunca pensou em criar um hospício para os velhos, uma casa de repouso: o velho é a enciclopédia da comunidade, o educador dos jovens, o livro de história e geografia, é, em suma, a continuidade com o passado e o avanço para o futuro".

Na sua sede de destruição, o exército indonésio não poupou a Igreja, nem escondeu dela os massacres que ia perpetrando: após os assassinatos em série cometidos no cais na manhã de 8 de Dezembro de 1975, "os corpos deram à costa, em frente da casa do bispo", conforme relata uma testemunha. E o sacerdote que escreve em Novembro de 1977 recorda:

"Oe-Cusse faz parte da diocese de Atambua. A nossa residência, Bispo de Medeiros, foi destruída pelo fogo dos invasores, o seminário de Dare foi destruído, assim como os colégios católicos de Maliana e Soibada. Timor não foi integrado. Foi anexado. Não foi libertado do comunismo." (como o pretendeu a Indonésia).

O P. Leoneto do Rego, Superior da Missão de Soibada, afirma:

"As igrejas e o seminário foram pilhados, e os livros deste último queimados. Quando as casas já não tinham nada os soldados indonésios viravam-se para os túmulos dos europeus e timores mais abastecidos... desenterraram o túmulo do P. Martins em Maliana e lhe arrancaram os dentes de ouro".

Assim, a Igreja comparticipou do sofrimento do povo, da sua humilhação frente ao invasor estrangeiro, da sua impotência face à força imposta pelas armas.

Muitos sacerdotes continuaram o seu trabalho, nomeadamente no interior, junto daqueles que mais eram postos à prova.

GENOCÍDIO CULTURAL

GENOCÍDIO CULTURAL

A RESISTÊNCIA

LÂMINAS NOS PÉS

O meu galo tem crista vermelha
ágil com lâminas relampejantes
nos pés

Acorda-me a cantar na madrugada
na região amada de Los Palos
Com lâminas relampejantes nos pés
dirijo-me ao centro
da batalha

Do poeta Maubere Jorge Lauten.

1982

1982 foi um ano de sucessos militares; foi o começo da contra-ofensiva estratégica.Em todo o país, desde Tutuala à fronteira, o fogo libertador das armas ressoou como o toque de alvorada e de esperança dos ainda 400 mil sobreviventes da exterminação promovida pela soldadesca ocupante da nossa Pátria.

1982 foi a síntese difícil de três anos de busca de novas formas de luta, de três anos de determinação, de três anos de esforços para modificar a situação de guerra imposta pelo poderoso, mas cada vez mais impotente agressor.

(...)

O ambicioso plano de repovoamento para retalhar o país, nas zonas do interior, dificultando-se desse modo a mobilidade das Falintil e diminuindo os recursos naturais de sobrevivência, quedou na tomada de consciência de que era impraticável.

(...)

O susto chegou ao próprio comando inimigo, foram baldados os seus esforços de exterminação que culminavam com o recrutamento dos mancebos para a dita 'estrutura de defesa civil'

(...)

pois o inimigo chegou somente à conclusão de que estava a armar o seu próprio inimigo é estava a 'fornecer' armamento à Resistência Armada.

1983

Em 20 e 23 de Março de 1983, a FRETILIN e a Indonésia decidiram iniciar, em território livre de Timor Leste controlado pelas Falintil (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste), um processo de diálogo a fim de pôr termo a uma guerra que já durava há cerca de oito anos e que estava longe de terminar.

Desde sempre, a FRETILIN encarara a via da negociação como o caminho mais acertado para a busca de uma solução global, definitiva e respeitadora dos interesses do Povo Maubere e dos Estados da área em que Timor Leste se insere. Somente o aventureirismo dos falcões militares indonésios levou o Povo Indonésio e o Povo Maubere a uma guerra durante a qual ambos os Povos vieram a sacrificar-se e a sofrer perdas e danos inestimáveis nos domínios material, humano e moral.

Sob a direcção da FRETILIN, o Povo Maubere respondeu à guerra de genocídio decretada pelos generais indonésios com a guerra de Resistência Nacional provando assim, a sua capacidade e determinação de lutar pela salvaguarda dos seus legítimos interesses e justas aspirações.

Quando nos começos de 1983, a Indonésia fez sentir o seu desejo de entabular Conversações Preliminares com a FRETILIN, um novo capítulo na história do Povo Maubere acabara de se abrir. Era o capítulo da Perspectiva da Paz tão desejada por ambos os Povos.

Comandante Xanana

O povo morre mas não se rende ao invasor. Há 5 anos que vem afirmando a sua vontade de ser também um povo livre. A partir de 1.1.81, todos os funcionários que não aceitaram a nacionalidade indonésia ficaram sem emprego, quer público quer particular. Estas pessoas que não querem dobrar-se à tirania da Indonésia, preferem morrer à fome, uma vez que a Indonésia não as quer deixar sair de Timor. O resto do povo, levado pela força das circunstâncias aceitou a nacionalização, externamente, pois no fundo deseja a sua liberdade: contra força bruta não há argumentos válidos!

Conversações preliminares, Março 1983:
Coronel Purwanto e Comandante Xanana

O CESSAR-FOGO

Com a concordância de ambas as partes, a Fretilin e as autoridades indonésias, grupos de guerrilheiros eram lançados nos campos de concentração para se permitir também um melhor contacto entre as Falintil e os naturais armados e a população em geral. A mensagem da Unidade Nacional que, antes, era sussurada com convicção pelas organizações clandestinas, passou a ressoar vibrante e galvanizadora em todos os montes.

O corone Purwanto, tentando ainda a última chance, apregoa a amnistia enquanto outros oficiais procuram retratar a solução Sulawesi. No conteúdo, a solução Sulawesi é uma tese federalista.

A Fretilin ao mesmo tempo que declara a sua posição ao diálogo e afirma a sua opção pela solução pacífica no objectivo simplesmente de pôr termo ao sofrimento do martirizado Povo Maubere, repudia a solução Sulawesi.

Sulawesi e Timor-Leste são duas situações, em todos os planos diferentes. Sulawesi é uma província da Indonésia; Timor-Leste é um Estado soberano desde 28 de Novembro de 1975.

O coronel Purwanto, malogrado o seu esforço de aliciamento, procura ameaçar com operações militares de 80 batalhões, a tir de Junho ou Agosto. No período dos encontros (decorridos nas regiões centrais), a 2ª Unidade fustiga Kelikan e em 8 de Março captura uma arma (spring field) e, logo a seguir, em 13 de Março, numa emboscada feita em Defa Dae, torna a recuperar 7 armas do inimigo. Em Kablak , a 6ª Unidade flagela Same, Ainaro e Hatudo. O comandante de operações, Major Zein, aparece preocupado e pede o cessar-fogo em todo o País para se permitir um clima de entendimento no processo em curso. A chuva, as ribeiras, a escassez de recursos naturais do período chuvoso e a distância são ultrapassadas pelos guerrilheiros mas, no mesmo período, do lado do inimigo a má-fé foi revelada e, nas proximidades de Lalera, as suas forças sob o comando de Simião Lati Boe capturam três guerrilheiros, que são brutalmente espancados e dois foram massacrados porque preferiram morrer a fazer declarações sobre a resistência.

PLANO DE PAZ DA FRETILIN

I. No âmbito das Resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) da Assembleia Geral da ONU sob a mediação do Secretário Geral desta Organização, deverão ser encetadas Conversações directas entre Portugal, Indonésia e FRETILIN, no quadro das Nações Unidas para debater:

   a - A constituição de uma Força de Paz da ONU ou uma Força Multinacional, devendo assegurar a sua imparcialidade como condição indispensável para garantir e viabilizar:
   . o funcionamento de uma Administração Transitória
   . a implementação correcta das decisões tomadas ao longo do Processo de Diálogo sobre o estacionamento das forças beligerantes - as FALINTIL e as Forças Armadas Indonésias

   b - A organização de consultas livres e democráticas ao Povo Maubere

   c - A marcação de uma data para a transferência da soberania

II. Reserva-se à Austrália o direito de participar nas Conversações como Observador

III. Mais observadores poderão ser aceites desde que propostos em igual número por cada uma das partes referidas no ponto I. e acordados por todos.

4 Teses sobre a Política Portuguesa para Timor Leste

Período entre 7 de Dezembro de 1975 e Abril de 1984

A política dos governos portugueses desde a invasão de Timor até 1984 é coerente com as posições assumidas anteriormente perante a Indonésia.

NOTAS:

a) A grande constante deste período é a ausência de iniciativas que ponham termo à agressão indonésia. Embora se registem afirmações de princípio (individuais e oficiais, nomeadamente na Assembleia da República) a favor do restabelecimento dos direitos humanos e da paz na zona, estas declarações não são concretizadas.

b) As próprias declarações de princípio nem sempre foram claras no que se refere ao reconhecimento dos direitos à autodeterminação e independência, deixando o caminho aberto à integração na Indonésia.

c) A edição de uma nota do MNE, de 12/9/80, que apontava linhas de acção e princípios, nunca chegou a traduzir-se em actos consecutivos.

d) Durante este período registam-se inúmeras iniciativas internacionais (individuais e oficiais) de solidariedade com Timor Leste visando a garantia da independência. A nenhuma delas o governo português deu atenção ou seguimento, desprezando assim oportunidades que lhe eram dadas. Na prática, Portugal manteve o compromisso tácitamente assumido de não internacionalizar a questão.

e) Em Março de 1983, quando das conversações preliminares entre a FRETILIN e a Indonésia, acompanhadas da apresentação de um Plano de Paz em que a FRETILIN propunha que Portugal desempenhasse um papel activo, o governo opta, ainda, pelo silêncio, fingindo ignorar a situação. Era um momento fundamental para a solução do problema. A Indonésia, verificando a abulia de Portugal, viria a interromper as conversações e a quebrar o cessar-fogo, lançando nova ofensiva militar e diplomática.

f) Portugal abdicou de facto da sua posição de potência administrante, donde o governo português passou à aceitação da tese de integração na Indonésia.

Os orgãos de soberania portugueses procuram sistematicamente ignorar a forte consciência nacional do povo maubere, a sua resistência civil e militar e o papel da FRETILIN nesse movimento.

NOTAS:

a) A única forma do governo português justificar a sua cedência (tácita ou declarada) perante a integração de Timor Leste na Indonésia é escamotear a realidade: 9 anos de luta maubere contra o invasor; liderança da FRETILIN nesse processo; força e organização crescente das Falintil; reforço da consciência nacional maubere, expressa na necessidade do invasor em reforçar permanentemente a repressão sobre os civis e cometer genocídio; testemunhos da Amnistia Internacional, da Cruz Vermelha Internacional, da Igreja e de personalidades isentas que testemunharam a situação em Timor Leste.

b) Perante a contra-informação que noticiava a extinsão da guerrilha maubere, o Governo português aproveita sempre para reforçar o seu silêncio e inércia. Perante notícias e testemunhos que patenteiam a força da resistência civil e militar ou o fracasso das operações militares indonésias, Portugal reage com o mesmo silêncio e paralisia, deixando toda a iniciativa à Indonésia.

As posições assumidas em 1984 pelo governo português (ou membros deste) constituem o corolário final e extremo de toda a política desenvolvida desde 1974, pois propõem publicamente a integração de Timor Leste na Indonésia e recusam a participação plena do povo maubere e da FRETILIN num processo sério de autodeterminação.

NOTAS:

a) As posições de Jaime Gama e Mário Soares coincidem plenamente com as propostas da Indonésia, nomeadamente no que se refere ao papel de Portugal. As iniciativas portuguesas parecem continuar a ser feitas de concluio com a Indonésia e em secretismo.

b) Ademais, estas proprostas surgem quando a Indonésia se encontra a braços com problemas internos urgentes (crise económica; desmoralização do exército indonésio; fracasso das operações militares indonésias; crescente expressão da recusa popular à integração; reacção das igrejas, em solidariedade com o povo maubere; solidariedade internacional com a luta do povo de Timor Leste; reforço da oposição indonésia; luta armada na frente da Nova Guiné Papua; crescentes contradições internas no poder indonésio no que se refere à escolha de uma solução para Timor Leste: diplomática, política, militar...)

Neste quadro, Portugal actua como um aliado da Indonésia, ignorando a FRETILIN e o Plano de Paz e pugnando pela integração.

Uma acção diplomática decidida por parte de Portugal teria contribuído para o isolamento e enfraquecimento da Indonésia, favorecendo a paz na zona, a consecução dos princípios descolonizadores e a independência do povo maubere.

NOTAS:

a) A prova a contrario desta tese está num período de excepção da política portuguesa: durante 4 meses, em 1982, Portugal desenvolveu uma apreciável campanha diplomática que preparou o debate nas Nações Unidas, nesse ano. Embora defensiva, esta campanha contribuiu para que a comunidade internacional não esquecesse o carácter do problema de Timor Leste, donde resultaria sem dúvida o sancionamento da agressão e anexação indonésias.

b) Portugal não pode escudar a sua política no pressuposto (sempre presente nestes 10 anos) de que é inevitável a vitória militar indonésia. Pelo contrário, deve reconhecer que a resistência popular já deu provas de que não enfraquecerá, nem mesmo com uma integração sancionada legalmente e apadrinhada por Portugal. Por conseguinte apenas se admitiria do governo português que actuasse de acordo com os princípios constitucionais e internacionais, pugnando por uma solução de autodeterminação, independência, retirada total da Indonésia; os meios necessários seriam uma ofensiva diplomática permanente conjugada com os países amigos (nomeadamente os cinco países africanos de expressão oficial portuguesa), reconhecimento da FRETILIN e adopção do Plano de Paz proposto por esta; para tanto Portugal dispõe de inúmeros instrumentos e apoios.

c) A tese defendida actualmente pelo governo nem sequer tem apoio dos movimentos de opinião já expressos em Portugal (deputados, partidos, Igreja, organizações de solidariedade, personalidades diversas, etc), pelo que nada justifica (a não seu um possível compromisso secreto com a Indonésia).

d) Com a integração de Timor Leste na Indonésia Portugal não tem nada a ganhar - política, económica ou militarmente. A independência da ex-colónia, pelo contrário, abriria algumas perspectivas: perante a opinião pública internacional; cultural, económica e politicamente - como se prova no caso das outras ex-colónias. E mesmo nestes casos tudo prova que os erros de percurso são recuperáveis; só os erros nas opções políticas de fundo (caso de Timor Leste) podem tornar-se irremediavelmente graves.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:

Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM)
- documentação
- audiovisuais
- exposições

Rua Pinheiro Chagas, 77-2ºesq.
1000 Lisboa

A Paz É Possível em Timor-Leste (grupo de cristãos solidários com a luta do povo maubere)

Rua de Campolide, 215-4ºdto.
1000 Lisboa

Este caderno contém artigos publicados pelas revistas Funu e Libertar; inclui ainda artigos e comunicações editadas pela CDPM. A versão da lenda do crocodilo (página 1) é da autoria de Ruy Cinatti.